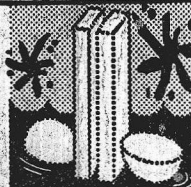


CPI-Orçamento

26

“O relatório tem  
maioria folgada na  
CPI” (Élcio Alvares)



Votação deve  
começar às 9h de  
amanhã

# Acordo garante o apoio a relatório da CPI

■ Parlamentares do PMDB, PFL, PPR, PSDB, PTB e PRN acertaram todas as polêmicas nas subcomissões para votar em bloco

Brasília — Arnildo Schulz

22

BRASÍLIA — O relatório final da CPI do Orçamento ainda não está concluído, mas o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) tinha conseguido até o fim da tarde de ontem o apoio de cerca de 70% dos titulares da comissão ao texto que apresentará amanhã para votação. Preocupados com o clima de tensão crescente na reta final dos trabalhos, o presidente Jarbas Passarinho (PPR-PA) e seu vice Odacir Klein (PMDB-RS) aliaram-se a Magalhães com um único objetivo: articular um acordo político para garantir apoio total ao relatório. Do lado de fora da comissão, parlamentares influentes também se mobilizaram para canalizar apoio político ao relator. O acordo é o principal instrumento do comando da CPI para garantir uma votação célere, condição número um para evitar os temidos tumultos, com agressões físicas e verbais. Na noite de terça-feira, a tensão na CPI cresceu muito e continuou ontem mesmo com a decisão de Bisol, que decidiu justificar cada nome da lista de cassações que apresentou.

“O relatório de Magalhães já tem o apoio incondicional de maioria folgada na CPI”, revelou ontem o senador Élcio Alvares (PFL-ES) a um deputado que participa das negociações. Parlamentares do PMDB, PFL, PPR, PSDB, PTB e PRN que participam da comissão acertaram encerrar todas as polêmicas nas subcomissões. Na votação em plenário, prevista para começar amanhã, o relatório é a sentença final que será aprovada em bloco pelo grupo.

A idéia é superar as discordâncias nas quatro subcomissões. Com isto, acredita-se que será possível isolar e neutralizar a atuação dos “radicais” no plenário. Na relação



O relator Roberto Magalhães (E), apertando a mão de Passarinho, teve apoio político para seu relatório

dos radicais, os petistas Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy, além do líder do PDT na Câmara, Luiz Salomão (RJ) e do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

“Dentro do plenário nós não temos siglas”, resumiu o deputado Pedro Pavão (PPR-SP), explicando que o consenso surgirá de forma transparente, em torno de um trabalho exaustivamente discutido. Todos os casos polêmicos estão sendo acompanhados cuidadosamente pelo relator e pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-PE), encarregado de dar o parecer final sobre os quatro pernambucanos envolvidos. As maiores contestações ocorreram na Subcomissão de Patrimônio, coordenada por Bisol. Mas, segundo um dos caciques da

CPI, “a situação foi suavizada com uma boa conversa entre Bisol e Passarinho” na terça-feira.

**Regras** — Feito o acerto político, Passarinho reuniu o plenário da CPI no fim da tarde para definir as regras regimentais que vão para a sessão de votação, marcada para as 9h de amanhã. A CPI decidiu que a leitura do relatório — cerca de 300 páginas que deverão tomar as dez primeiras horas de trabalho — será dividida entre o relator e os deputados Roberto Rollemberg, Fernando Freire (PPR-RN) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO). Durante a leitura, não será admitida nenhuma intervenção ou questão de ordem.

Os titulares e suplentes — 44

parlamentares ao todo — que discordarem de qualquer trecho do relatório terão 30 minutos para pedir vistas e definir sobre os destaques para votação em separado do que for considerado polêmico. Ato contínuo haverá a discussão em regime de urgência e a votação. Cada titular terá até 8 minutos para discutir a matéria. Mas ainda assim restará à Mesa a opção de colocar em votação um requerimento propondo o encerramento da discussão, desde que já tenham se manifestado quatro senadores e quatro deputados. Representantes do grupo do consenso na CPI tratarão de ocupar os primeiros lugares na lista dos inscritos para discutir o relatório. A votação vai começar em seguida, independente do horário.